

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal; DF = Distrito Federal; LDO = Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA = Lei Orçamentária Anual; MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; PNAS = Política Nacional de Assistência Social; PPA = Plano Plurianual; SIAFI = Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; SIASG = Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; SIORG = Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15

1 É de extrema importância possuir dados estatísticos
sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos e sobre a
capacidade dos governos municipais em atender suas populações.
4 O conhecimento e a aprendizagem sobre a escala local
proporcionados pelas informações estatísticas vêm responder
às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade
7 estrutural no Brasil, a fim de tornar efetiva a participação da
imensa riqueza, diversidade e criatividade brasileira no contexto
dos avanços social, político e econômico.
10 As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais
(regionais, urbanas e rurais), por muito tempo, foram tratadas
como desequilíbrios e assimetrias. Obstáculos colocados ao
13 desafio que é promover o desenvolvimento em um país
continental e periférico como o nosso. O Brasil é um país
extremamente dessemelhante em muitos aspectos, tanto no que se
16 refere ao ponto de vista político quanto ao administrativo; daí a
qualidade dos registros administrativos ser diversa no nível
federal (entre os ministérios, por exemplo), no nível estadual e no
19 nível municipal. Atualmente, contudo, as escalas nacional,
regional e local mostram-se crescentemente articuladas, o que
22 demonstra a urgência que têm em engendrar ações mais ágeis,
potentes e sistemáticas, sendo demandada, necessariamente, uma
oferta de informações municipais de qualidade, como instrumento
efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das
25 condições locais.

A informação atualizada é ferramenta essencial para
a formulação e a implementação de políticas públicas,
28 especialmente em áreas em que a prestação de serviços é
descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário
conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de
31 serviços por parte de estados, municípios e organizações
não-governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar
investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas
e regular os serviços prestados.
34 Atualmente, a informação sobre a oferta de serviços de
assistência social no Brasil é escassa e dispersa. Não há
37 levantamentos ou pesquisas regulares que identifiquem as
instituições que prestam esses serviços e investiguem de que
forma o fazem. A maioria das pesquisas concentra-se em aspectos
40 relacionados a indicadores sociais de determinados grupos
populacionais ou áreas geográficas, fornecendo, desse modo, um
perfil da demanda potencial pelos serviços de assistência social,
43 a partir de indicadores relacionados à vulnerabilidade dos grupos
pesquisados.

Assim, faz-se necessária a realização de um estudo sobre
46 a rede da assistência social no Brasil, com informações sobre os
serviços prestados, de modo a orientar investimentos estratégicos
— inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos
49 — bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade
dos serviços, partilha e repasses de recursos.

Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2005/IBGE. Coordenação de
População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 217 (com adaptações).

Acerca das idéias expressas no texto e considerando aspectos relativos a tipologia textual, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, no Brasil, apesar de a obtenção de informações sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos auxiliar os municípios no atendimento a sua população, a diversidade no registro dessas informações, que são geradas nos níveis federal, estadual e municipal, constitui um obstáculo ao desenvolvimento do país.
- 2 O planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas requerem informações atualizadas sobre os serviços oferecidos pelos estados, pelos municípios e pelas organizações não-governamentais.
- 3 A escassez de informação sobre a oferta dos serviços de assistência social decorre da falta de pesquisas que focalizem indicadores sociais de alguns grupos populacionais e de algumas áreas geográficas.
- 4 Investimentos estratégicos na área social e controle de qualidade dos serviços prestados são ações necessárias, no contexto atual, para a realização de um estudo sobre a rede de assistência social no Brasil.
- 5 O texto classifica-se como dissertativo porque apresenta análise e avaliação de dados sobre a qualidade dos serviços públicos no Brasil.

Ainda com relação ao texto, julgue os itens de 6 a 15 quanto aos sentidos, aos aspectos linguísticos do texto e a correspondências oficiais.

- 6 Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “responder às exigências imediatas” (l.5-6): responder a exigências imediatas.
- 7 De acordo com a atual ortografia oficial, admite-se que o termo “heterogeneidade” (l.6) seja grafado como **heterogenidade**.
- 8 Os vocábulos “importância”, “estatísticos”, “públicos”, “político” e “econômico” são acentuados graficamente em decorrência da mesma regra.
- 9 O termo “Obstáculos” (l.12), cujo significado está associado contextualmente a “desequilíbrios e assimetrias” (l.12), refere-se a “As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais)” (l.10-11).
- 10 Preserva-se a coerência textual ao se substituir “engendrar” (l.21) por **produzir, gerar ou dar origem a**.

- 11 O trecho “para a formulação e a implementação de políticas públicas” (l.26-27) complementa o sentido do adjetivo “essencial” (l.26).
- 12 A substituição da forma verbal “concentra-se” (l.39) pelo seu plural mantém a correção gramatical do período.
- 13 O conectivo “de modo a” (l.47) pode ser substituído por **a despeito de** sem que haja alteração no significado original do texto.
- 14 Nas linhas 48 e 49, os travessões podem ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 15 O texto apresenta nível de linguagem formal e poderia ser parte de um ofício, correspondência que se caracteriza pela troca de informações entre seções de um mesmo órgão da administração pública.

Julgue os itens de **16 a 25**, relativos ao direito constitucional.

- 16 O poder constituinte decorrente subordina-se às limitações que o órgão investido de funções constituintes primárias ou originárias estabeleceu no texto da CF.
- 17 A aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos é o pressuposto jurídico exigido pela CF para a investidura em cargo ou emprego público, inclusive nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 18 É dever da administração pública pautar seus atos pelo princípio da eficiência, que se concretiza também pelo cumprimento dos prazos legalmente determinados. Desse modo, a atividade administrativa deve dar pleno atendimento ou satisfação às necessidades a que visa suprir, em momento oportuno e de forma adequada. Impõe-se aos agentes administrativos, em outras palavras, o cumprimento estrito do dever de boa administração.
- 19 No modelo federativo brasileiro, os municípios são entes da Federação, que recebem diretamente da CF numerosas competências comuns ou exclusivas, entre elas a de instituir e arrecadar tributos de sua área demarcada na Lei Fundamental.
- 20 As restrições impostas à atuação do administrador público pelo princípio da moralidade são auto-aplicáveis, por trazerem em si carga de normatividade apta a produzir efeitos jurídicos.
- 21 Os poderes do Estado encontram nos direitos e garantias individuais limites intransponíveis, cujo desrespeito pode caracterizar ilícito constitucional.
- 22 Segundo o STF, sem que ocorra qualquer das situações excepcionais taxativamente previstas no texto constitucional, nenhum agente público poderá, contra a vontade de quem de direito, ingressar, durante o dia, sem mandado judicial, em espaço privado não aberto ao público, onde alguém exerce sua atividade profissional.

- 23 A CF estabelece a legitimidade dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos dos integrantes da categoria que representam. Caso se trate de direitos individuais, o sindicato não terá legitimidade para defendê-los em juízo.
- 24 O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da CF, sobretudo aos que dizem respeito à saúde.
- 25 De acordo com o STF, a CF permite que os estados possam legislar a respeito de jogos de azar, loterias e similares, por não se tratar de competência privativa da União.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 26 Caso a administração pública tenha tomado uma providência desarrazoada, a correção judicial embasada na violação do princípio da razoabilidade invadirá o mérito do ato administrativo, isto é, o campo de liberdade conferido pela lei à administração para decidir-se segundo uma estimativa da situação e critérios de conveniência e oportunidade.
- 27 Os contratos administrativos regem-se não só pelas suas cláusulas, mas, também, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente as normas de direito privado.
- 28 Se a administração pública reconhecer que praticou ato administrativo ilegítimo ou ilegal, deverá haver a revogação desse ato, que poderá ser feita pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
- 29 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Caso inexistir a viabilidade de competição, a licitação será dispensada.
- 30 Em regra, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários não se sujeita a prazo de decadência.
- 31 O Poder disciplinar é discricionário. Assim, se o administrador tiver conhecimento de falta praticada por servidor, terá a liberdade de escolha entre punir e não punir.
- 32 De acordo com o princípio da continuidade dos serviços públicos, se uma pessoa satisfizer às condições legais, ela fará jus à prestação de determinado serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.
- 33 Os atos administrativos gozam de presunção *juris tantum* de legitimidade (atributos do ato administrativo). Desse modo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos tenham sido emitidos com observância da lei.
- 34 Na hipótese de o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para que este proponha a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- 35 O servidor público que retardar, indevidamente, ato de ofício praticará ato de improbidade administrativa.

As três leis que regem o ciclo orçamentário — PPA, LDO e LOA — são estreitamente ligadas entre si, compatíveis e harmônicas. Elas formam um sistema integrado de planejamento e orçamento, reconhecido na CF, que deve ser adotado pelos municípios, pelos estados e pela União. Acerca dessas leis, julgue os itens que se seguem.

- 36** As despesas com o planejamento e a execução de obras, a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente compõem o grupo de natureza de despesa de investimentos. Essas despesas têm suas dotações orçamentárias executadas exclusivamente na esfera do orçamento de investimento.
- 37** No âmbito do MDS, as dotações orçamentárias executadas na unidade orçamentária Fundo Nacional de Assistência Social são classificadas no orçamento da seguridade social, enquanto as despesas do MDS são executadas no orçamento fiscal.
- 38** Em decorrência da implantação do SIAFI, a realização da receita e da despesa da União deve ser feita por via bancária em estrita observância ao princípio da unidade de caixa, e o produto da arrecadação de todas as receitas terá de ser, obrigatoriamente, recolhido à conta do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil.

A boa gerência, hoje, é um dos recursos mais cobiçados do planeta. Um recurso que, de qualquer ponto de vista, marca diferenças significativas de competitividade entre as nações. É um recurso estratégico, não-generalizado, nem no mundo, nem no interior das sociedades, inclusive das desenvolvidas.

Esse recurso torna-se mais importante ainda diante das novas demandas que se têm apresentado ao setor público, que são muito amplas e recobrem um grande espectro. Entre outros aspectos, as demandas têm a ver com as novas tecnologias, com os desenvolvimentos na área geopolítica e com transformações na área geoeconômica.

Bernardo Kliksberg. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: Edições Fundap, 1997, p. 74-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de **39** a **41**, acerca das convergências e das divergências entre a gestão pública e a gestão privada.

- 39** As demandas que têm sido feitas à gestão pública contemporânea requerem um quadro gerencial de elevada especificidade técnica, pois trata-se de gerenciar organizações públicas que devem forjar um Estado para fazer frente à complexidade e à incerteza, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Espera-se que a nova gerência pública coopere para o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e que se dedique a fazer que os atos do poder público sejam mais transparentes.
- 40** A empresa privada e o governo demandam gestão eficiente, mas o gestor público deve trabalhar com restrições que um executivo de negócios privado não tem. O executivo pode usualmente redefinir as metas da organização, modificar sua estrutura, mudar seu pessoal. Os gestores públicos, por outro lado, devem ter habilidades que lhes permitam operar dentro de metas fixadas por lei, de estruturas organizacionais controladas pelo sistema jurídico, com funcionários estáveis e sob pressão da política.

- 41** A gestão privada é pautada pela busca da eficácia, ou seja, a utilização de seus recursos da forma mais produtiva e econômica possível. Por sua vez, a gestão pública não é guiada pelos princípios da eficácia e da eficiência, pois a administração pública, direta e indireta, obedece à legalidade, não podendo postergar o dever administrativo por excelência.

Os sistemas administrativos voltados para a gestão pública permitem a transparência na implementação das diversas ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o governo como um todo e a sociedade (Internet: <www.planalto.gov.br>). Com referência a esses sistemas, julgue os itens a seguir.

- 42** O SIORG dota a administração pública federal de informações completas acerca de sua estrutura organizacional, com dados sobre as competências, as finalidades, a jurisdição, o histórico legal e os titulares dos órgãos do governo federal. O SIORG é um instrumento que permite a elaboração e o controle sistêmico de estruturas regimentais, estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
- 43** O desenvolvimento do SIASG vai ao encontro de uma política de governo eletrônico. O SIASG é constituído por módulos que realizam um conjunto de procedimentos do processo de compras e contratações, que permitem, entre outras ações, o cadastro de fornecedores e a sistematização e divulgação eletrônica de licitações.

Com referência ao empenho da despesa no orçamento público e ao acompanhamento da execução orçamentária pelo cidadão, julgue os itens subseqüentes.

- 44** O empenho da despesa, no orçamento público, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O empenho não cria obrigação, mas a reserva de dotação orçamentária para garantir o pagamento estabelecido no contrato entre o Estado e seus fornecedores.
- 45** A divulgação ao público, inclusive pela Internet, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias é um dos instrumentos da gestão fiscal. A transparência também é assegurada mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do PPA, da LDO e do orçamento.

A sugestão de um novo paradigma para pensar a reforma do Estado impõe a ruptura com os enfoques tecnocrático e neoliberal. O primeiro, ao priorizar o insulamento das elites estatais, a primazia do conhecimento técnico e o alijamento da política, tende a reforçar visões e práticas irrealistas porque calcadas na despolitização artificial dos processos de formulação e execução de políticas. O segundo, influenciado pela ótica minimalista, enfatiza unilateralmente a redução do Estado, subestimando o papel do reforço e a revitalização do aparelho estatal para o êxito de suas políticas, bem como a relevância da intervenção governamental para preencher as lacunas existentes e levar o mercado a funcionar de forma eficiente, em consonância com um projeto coletivo. Finalmente, a proposta desse novo paradigma implica não só a redefinição do conceito dominante de autonomia estatal, como também o reforço dos mecanismos e procedimentos formais de prestação de contas ao público e a institucionalização das práticas de cobrança por parte dos usuários dos serviços públicos e dos organismos de supervisão e controle.

Eli Diniz. *Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil dos anos 90.* In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 10, n.º 4, p. 13-26, 1996 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando os conceitos da administração pública, julgue os itens de 46 a 50.

- 46 A organização burocrática é embasada no modelo racional-legal de administração, exclusiva da área pública, sendo caracterizada pela racionalidade decorrente da objetividade das normas de julgamento; pela impessoalidade, que se revela nos métodos objetivos de selecionar e promover funcionários; e pelo grau de previsibilidade que proporciona aos dirigentes públicos.
- 47 A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.

48 Como corolário do plano diretor da reforma do aparelho de Estado foi instituído o programa nacional de publicização, buscando a maior eficiência do Estado e a excelência nos serviços públicos. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Esse processo é conhecido como publicização, no qual o Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor, estabelecendo parceria com a sociedade para o financiamento e controle social na execução de serviços não competitivos ou exclusivos do Estado.

49 A emergência do paradigma pós-burocrático, descrito em linhas gerais no texto em questão, é calcada na transição de um tipo burocrático de administração pública, rígido e ineficiente, para a administração gerencial, flexível e eficiente. Com isso, busca-se o fortalecimento da *governance*, ou seja, das condições sistêmicas mais gerais, sob as quais ocorre o exercício do poder em determinada sociedade, tais como as características do regime político, a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários, o sistema de intermediação de interesses, entre outras.

50 O modelo gerencial de gestão pública destaca-se pelo uso do *balance scorecard* na avaliação e no gerenciamento de projetos. O mapa estratégico dessa tecnologia gerencial permite avaliar a participação das partes interessadas na administração pública, assegurando que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em entrevista concedida em 2005, o ministro do desenvolvimento social afirmou: “Com a criação do MDS, integrando as políticas sociais de forma intersetorial, integrando as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar e de renda familiar básica — o Bolsa Família —, criou-se um novo desafio. O Fome Zero foi colocado no contexto desse novo ministério, e nós colocamos como uma das nossas metas a unidade no conceito, na ação e na implementação das políticas Fome Zero. Temos, hoje, um conjunto de ações e de obras sociais que conformam o Fome Zero. Em linha geral: o Fome Zero não é uma política social específica. É um conjunto de ações governamentais e não-governamentais que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil”.

Internet: <www.fomezero.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o documento Políticas e Programas do MDS, julgue os seguintes itens.

- 51 A criação do MDS representou a centralização das políticas sociais na órbita do governo federal, afastando as iniciativas da sociedade civil.
- 52 A reorganização administrativa que levou à criação do MDS manteve como principal ponto da política social do governo federal o programa Fome Zero.
- 53 A legislação que criou o MDS estabeleceu como uma das competências da pasta a articulação das políticas sociais do governo federal com entidades da sociedade civil.
- 54 A criação do MDS visou à descentralização da formulação de políticas sociais, como a renda familiar básica, que passaram a ser concebidas por diferentes órgãos da administração federal, como a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde.
- 55 Na criação do MDS, não foi prevista nenhuma competência além da manutenção do programa Fome Zero.

Com relação às ações de capacitação do Programa Gestão Social, no MDS, julgue os itens a seguir.

- 56 O programa mencionado desenvolve parte de suas atividades por meio de cursos a distância.
- 57 Os cursos de capacitação são coordenados pelo Ministério da Educação em razão da experiência desse ministério em organizar eventos de treinamento de pessoal.
- 58 Uma das principais iniciativas do MDS na área de capacitação é o treinamento de gerentes sociais de administração estaduais e municipais.
- 59 No MDS, existe o entendimento de que as políticas e os programas sociais são possíveis somente com a capacitação permanente dos profissionais envolvidos.
- 60 Os últimos programas de capacitação do MDS aconteceram no final de 2006, e a realização de novos programas não está prevista.

Com relação ao programa Bolsa Família, julgue os itens subseqüentes.

- 61 O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias que têm renda abaixo de determinado nível.
- 62 O referido programa transfere renda para famílias residentes em apenas algumas regiões do Brasil.
- 63 As condicionalidades relativas à educação incluem, por exemplo, a frequência escolar mensal mínima de 85% das crianças entre 6 e 15 anos de idade.
- 64 A condicionalidade social inclui o comparecimento do beneficiário em programas de mutirão para construção de casas.
- 65 O programa denomina-se Bolsa Família porque consiste na distribuição de cestas básicas para famílias carentes na periferia das grandes cidades.

Acerca dos programas relativos à segurança alimentar e nutricional desenvolvidos pelo MDS, julgue os itens que se seguem.

- 66 A preocupação com a segurança alimentar e nutricional remonta ao início da década de 70 do século passado, quando foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).
- 67 O MDS destina recursos financeiros e apoio técnico à implantação de programas e equipamentos públicos de segurança alimentar.
- 68 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar prevê a compra direta da produção de pequenos agricultores, desde que esta não ultrapasse determinado limite anual por agricultor.
- 69 O programa do leite — Leite Fome Zero — adquire seu produto de agricultores familiares que produzem até 100 litros de leite por dia.
- 70 A distribuição de cestas básicas faz parte da agenda do MDS. No entanto, atinge apenas grupos específicos em situações emergenciais, como, por exemplo, famílias vítimas de calamidade pública.

De acordo com o documento Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Internet: <www.mds.gov.br/concursos>), o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia família com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa em todos os municípios do país.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens de 71 a 75.

- 71 Condicionalidades são compromissos que cada família tem de assumir nas áreas de saúde, educação e assistência social ao entrar no programa.
- 72 No âmbito do programa mencionado, o descumprimento de condicionalidades pode resultar em diversas sanções e, em última instância, em exclusão da família do programa.

73 O cumprimento dos compromissos relativos às condicionalidades proporciona a ampliação do atendimento de certos direitos sociais básicos às famílias cadastradas no programa.

74 O programa Bolsa Família parte da perspectiva de que a desigualdade regional é o principal problema social do país. Assim, o programa limita-se a determinados municípios das regiões Norte, Nordeste e parte da região Centro-Oeste.

75 A lei que instituiu o programa Bolsa Família limita a transferência direta de renda a, no máximo, R\$ 120,00 para cada família beneficiária do programa.

A compreensão do que são os indicadores sociais é essencial para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas, na medida em que se torna cada vez maior a cobrança da sociedade por políticas públicas que produzam resultados e tenham custos financeiros menores. A respeito desses indicadores sociais, julgue os itens a seguir.

76 A principal razão da utilização de indicadores é a exigência de organismos internacionais, principais formuladores e financiadores de políticas sociais no Brasil.

77 A experiência internacional tem demonstrado ao longo dos anos que a formulação de bons indicadores depende da participação da sociedade civil.

78 A elaboração adequada de indicadores sociais exige clareza do que se pretende medir a qualidade e precisão nas informações contidas.

79 A cobrança da sociedade civil por mais eficiência e menores custos financeiros não produziu, ainda, indicadores capazes de mensurar os resultados de políticas sociais.

80 Indicadores de resultados não devem ser divulgados em razão da possibilidade de uso político dos dados colhidos.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A partir desse conceito de segurança alimentar e nutricional, julgue os itens a seguir.

81 Nos municípios brasileiros, a implementação do programa de construção de cisternas para armazenamento de água da chuva é uma iniciativa que contempla princípios de segurança alimentar e nutricional.

82 Caso um agricultor familiar da região rural do Vale do Jequitinhonha (MG), participante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), venda a sua produção, sem licitação, ao governo local, por preço de venda que não seja superior ao praticado nos mercados regionais, o processo de compra será considerado legalmente correto.

83 O programa de segurança alimentar e nutricional brasileiro ainda não abrange comunidades quilombolas e indígenas.

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) ocorreu em julho de 2007, em Fortaleza – CE, tendo dela resultado um documento final com várias propostas para a área de segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, julgue os itens que se seguem, acerca da estrutura organizacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

84 O ministro da Cultura, o secretário de agricultura da Presidência da República e o presidente da PETROBRAS são representantes governamentais no CONSEA.

85 O CONSEA é responsável pela convocação da CNSAN, além de ser um dos órgãos integrantes do SISAN.

86 Na III CNSAN, foram apresentadas propostas de regulamentação da LOSAN e de criação de um fundo nacional de segurança alimentar e nutricional.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos programas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

87 Caso um município de 15.000 habitantes conte com uma ação social em que as empresas varejistas vendam alimentos comercializáveis para creches e orfanatos com desconto de 90% sobre o preço comercial, essa ação será considerada um programa de banco de alimentos.

88 Caso uma família, composta de quatro integrantes, entre os quais um idoso de 70 anos de idade, apresente como renda *per capita* familiar a metade de um salário mínimo, esse idoso poderá receber, como benefício de prestação continuada de assistência (BPC), o valor mensal de dois salários mínimos.

89 Uma família composta por uma criança de 7 anos de idade e dois adultos cuja renda familiar mensal seja de R\$ 180,00 pode receber R\$ 82,00 como benefício do programa Bolsa Família.

90 De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a União é o ente federativo responsável pelos recursos financeiros destinados à merenda escolar do estudante brasileiro.

Acerca de conhecimentos na área de segurança alimentar e nutricional e assistência social, julgue os itens subseqüentes.

91 A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional tem como presidente o ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

92 A PNAS é baseada na gestão compartilhada, inserida em um sistema descentralizado e participativo.

93 O CONSEA promove a articulação entre os setores governamentais e a sociedade civil, além de ser um conselho consultivo do presidente da República.

94 A PNAS no Brasil apresenta, primordialmente, característica assistencialista.

95 A PNAS, como política pública, prevê como indicadores as diferenças demográficas do Brasil, considerando a dinâmica populacional, que atualmente apresenta altas taxas de urbanização nos municípios de grande porte e nas metrópoles.

Julgue os itens de **96 a 111**, relativos à PNAS e ao compromisso nacional de desenvolvimento.

96 O MDS é o órgão responsável pela formulação e coordenação da PNAS.

97 Atender às ações assistenciais de caráter emergencial é competência exclusiva da União quando estas forem realizadas com recursos do Fundo Nacional de Ação Comunitária (FUNAC).

98 Participar de uma associação de catadores de materiais recicláveis credenciada a coletar os resíduos descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal é uma ação que conduz ao resultado do trabalho cooperativo, possibilitando a ampliação da renda familiar.

99 O reconhecimento da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado é fortalecido pelo Decreto n.º 6.393/2008, que estabelece o compromisso nacional com o desenvolvimento social entre a União, os estados e o DF, cabendo à primeira garantir o apoio técnico e financeiro para a implantação de sistemas de avaliação e monitoramento social.

100 O decreto que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social à pessoa com deficiência e ao idoso assegura-lhes o direito de acumular tal benefício com qualquer outro, no âmbito da seguridade social, ou de regime diferente, inclusive o Renda Mensal Vitalícia.

101 Para fins de reconhecimento do direito ao BPC à pessoa idosa, deve ser considerada a renda mensal familiar, obtida por meio da soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente por seus membros, composta, entre outros, por salários, pensões, rendimentos do mercado informal ou autônomo, inclusive o BPC concedido a outro idoso da mesma família.

102 No âmbito da assistência social, destaca-se o papel das entidades sociais, possibilitado pelo financiamento público, por meio de isenções e imunidades em relação à receita federal e à previdência social, cabendo aos ministérios do Planejamento e da Previdência autorizar o acesso aos benefícios fiscais e tributários concedidos a essas entidades.

103 Os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social especial de média complexidade são co-financiados pelo governo federal, com transferência regular e automática de recursos para os fundos estaduais e municipais, tomando como referência os critérios de partilha e elegibilidade de municípios pactuados nas comissões intergestoras e aprovados não só pelo órgão gestor, mas também pelos conselhos de assistência social dos respectivos entes federados.

104 Entre os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social básica, destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que, a partir do corrente ano, passou a atender quatro grupos de jovens: ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente. A perspectiva de inclusão apóia-se no pagamento e monitoramento, pelo governo federal, de uma bolsa no valor de R\$ 100,00 à maioria dos beneficiários do Programa.

105 Em maio de 2008, grande parte das famílias cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal tiveram benefício do Programa Bolsa Família (PBF) liberado em julho de 2008. O que distingue o perfil das famílias beneficiárias do PBF das demais famílias cadastradas é o fato de aquelas residirem em região de extrema pobreza.

106 Uma das competências do MDS é acompanhar os beneficiários do benefício de prestação continuada no âmbito do SUAS, por intermédio da Secretaria Nacional da Assistência Social e em articulação com os estados, o DF e os municípios, com o objetivo de inseri-los nos programas e serviços da assistência social e demais políticas.

107 Os centros de referência especializados de assistência social são unidades públicas estatais e de base territorial onde são realizadas ações com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

108 Pessoas que trabalham como catadores de lixo, sendo esta sua única fonte de renda, podem trabalhar oficialmente com coleta de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta ou indireta, desde que integrem associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sem fins lucrativos.

109 Por meio do Decreto n.º 6.393/2008, o governo federal estabeleceu mecanismos para pactuar, entre os entes federados, metas de desenvolvimento social e de combate à fome direcionadas à inclusão social e à promoção da cidadania. O monitoramento da execução dessas metas cabe aos municípios.

110 O idoso deve comprovar que não possui outro benefício no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o de assistência médica, mediante declaração fornecida e renovada a cada seis meses pelo centro municipal de referência do idoso.

111 A visão tradicional de atenção apenas filantrópica à pessoa com deficiência passou, nos últimos anos, a incluir a noção de inclusão e participação, bem como o direito a todos os serviços públicos, em especial escola e trabalho. Essa mudança de percepção, ainda em curso, pode ser identificada na atuação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão encarregado da integração dessas políticas em nível federal.

Em relação aos avanços conquistados no Brasil, nos últimos anos, no que concerne a garantia e proteção dos direitos humanos para a infância e a adolescência, especialmente no âmbito de seus direitos econômicos, sociais e culturais, julgue os itens seguintes.

112 A diminuição do número de crianças em situação de trabalho infantil e os avanços no combate a esse tipo de trabalho se devem, em grande parte, aos programas geridos pelo Ministério da Educação, em especial o Programa desenvolvido pelos Centros de Educação Federal de Ensino Técnico (CEFETs).

113 Na última década houve, no Brasil, redução da mortalidade infantil. Essa redução deve-se principalmente, em especial na região Nordeste, às ações coletivas de tratamento de água, às campanhas de vacinação e aleitamento materno e à orientação para a reidratação oral de crianças.

114 As determinações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente para o adolescente em conflito com a lei têm sido aplicadas integralmente e de forma homogênea em todas as regiões do Brasil.

115 As crianças e adolescentes de até dezesseis anos de idade têm direito ao benefício de prestação continuada, desde que comprovada a existência de deficiência e seu impacto na limitação do desempenho de atividades e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo, portanto, indispensável se submeter à avaliação de incapacidade para o trabalho, mediante avaliação médica e social, na agência do INSS mais próxima de sua residência.

116 A PNAS recomenda, como requisito para o desenvolvimento de ações integradas na perspectiva da intersetorialidade, haver descentralização em regiões homogêneas. Tal recomendação baseia-se na compreensão de que deve ocorrer uma descentralização efetiva, com transferência de poder de decisão, de competências e de recursos, na elaboração de diagnósticos sociais.

117 O Estado possui mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de congregiar atores em torno de propostas abrangentes, focadas na universalização das políticas combinadas com a garantia de equidade. Essa prerrogativa encontra-se assegurada na Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

118 Os fundos de assistência social são, nas três esferas de governo, a instância de financiamento da política de assistência social. No que diz respeito aos benefícios, o financiamento ocorre de forma direta aos seus destinatários e o valor destinado à rede socioassistencial é entregue mediante aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo.

Programas de transferência de renda vêm ganhando um papel central no contexto da política de assistência social brasileira. Com relação ao Programa Bolsa Família (PBF), julgue os itens subseqüentes.

119 Avaliações acerca do PBF apontam para evidências de seu impacto na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e da condição social das mulheres beneficiárias, assim como na redução da pobreza e das desigualdades no país. Entretanto, as condicionalidades da área da saúde não provocaram alteração na condição de vacinação das crianças, assim como as condicionantes da área da educação não provocaram melhoras quanto à frequência escolar.

120 O índice de gestão descentralizada, criado com o objetivo de melhorar a gestão do PBF, reflete o desempenho da gestão estadual quanto aos indicadores de condicionalidade e cadastro, servindo, assim, de referência para o repasse de recursos financeiros aos estados.